

Áreas Peri-urbanas e Parques Peri-urbanos

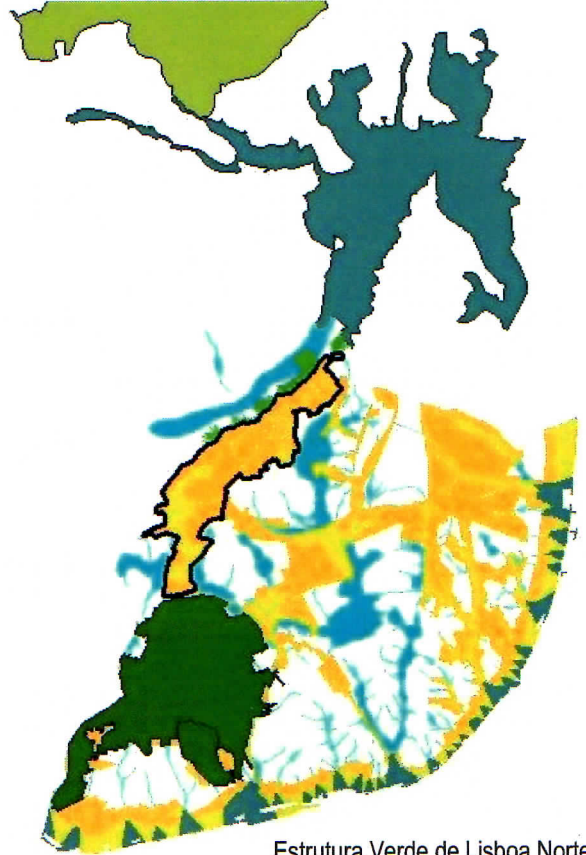
Em qualquer aglomerado urbano, por mais pequeno que seja, podemos distinguir uma zona a que chamamos de “traseiras”.

Nas estruturas fortificadas, onde o remate urbano era claro e bem definido, esse *status* era mantido geralmente por pouco tempo.

Assim que a urbe começava a viver, era necessário promover “despejos” e adossavam-se às muralhas abrigos para os banidos do burgo, que faziam com que os seus contornos se tornassem “menos nobres”. Evidentemente que essas “construções”, em caso de ataque, eram as primeiras a ser destruídas pelos atacantes (por ausência de proteção) ou pelos sitiáveis, em caso de risco de ataque, uma vez que elas próprias poderiam facilitar ou fornecer os materiais para construir “degraus” de acesso e penetração intra-muros. Terminado o ataque ou o risco de ataque, estas “infeções” começavam imediatamente a renascer das cinzas.

Numa pequena aldeia dos dias de hoje, dependente do setor produtivo (agrícola, pecuário ou silvícola), estas orlas dos aglomerados funcionam como uma franja urbano / rústica, aceitavelmente ordenada, devido à posse mista dos dois usos pela maioria dos utilizadores do solo (proprietários, arrendatários, ...)

Sempre que tal não acontece, surgem por vezes conflitos dado que o menos próprio ou o insalubre é remetido para o mais longe possível do fulcro do uso próprio e, se possível, o mais perto do vizinho. Em muitas circunstâncias, as utilizações geradoras de impacto ambiental negativo, vão sendo sacudidas por todos, de acordo com uma estratégia “NIMBY”¹. Este estatuto pode ser visto a diferentes escalas que vai desde o construir da “estrumeira” na ponta da



Estrutura Verde de Lisboa Norte

¹ NIMBY – *Not in my back yard* – Não no meu quintal

propriedade, até casos tão graves como “construir uma central nuclear o mais próximo do vizinho”, ou mesmo “comprar a países sub-desenvolvidos a possibilidade de neles construir vazadouros de detritos nucleares”...

Se passarmos agora a analisar uma cidade, verifica-se que o valor dos terrenos é tão alto que é fácil chegarmos ao final das parcelas e os vizinhos estarem sempre muito próximos. Contudo, existem usos menos nobres, espaços *non-aedificandi*, franjas urbano-rural, urbano-industrial e industrial-rural, franjas essas que na maior parte dos casos possuem remates mal resolvidos ou que já os tiveram resolvidos mas que, fruto do crescimento espontâneo, se anarquizaram em termos de uso.

Com o crescimento dos aglomerados existe uma tendência natural para se criarem novas centralidades e, em torno de cada uma delas, toma forma uma nova “periferia”.

Desde o início da história das cidades que os diferentes decisores sempre tentaram agir sobre essas periferias por forma a regularizar e ordenar os remates urbanos, fosse com muralhas, fosse com vias, ...

Uma das teorias dos séculos XIX e XX relativa à qualidade do ambiente nas cidades (sobretudo depois das mortes ocorridas devido ao *smog* no Reino Unido, sequente à Revolução Industrial)², levou à criação de Parques e Jardins, que serviam para “depurar” os maus odores e tornar as cidades habitáveis pelo Homem. Para os construir, chegou-se por exemplo ao limite de ter que destruir 341 hectares de construções para implantar o Central Park de New York (Manhattan) projetado por Frederick Law Olmsted. Noutros casos optou-se por criar parques radiais (em direção ao centro urbano, e conduzindo até aí a qualidade do ar e a qualidade da paisagem), ou parques periféricos (tangenciais) que ficaram conhecidos como os *green-belts*³.

Ao longo da história, notamos que nos países anglo-saxónicos os Parques Centrais mantêm-se (por razões de forte envolvimento cultural das populações servidas), enquanto que em outros países eles foram por vezes vencidos pela pressão fundiária. Já a implantação dos Parques Radiais vacila nas suas partes centrais fruto das mesmas razões e, na maior parte dos casos, estes parques radiais limitam-se a tentar manter corredores de *continuum naturale* através da união de pequenos parques, jardins e logradouros, articulados mais no planeamento do que na realidade.

As cidades remetem muitas vezes os Parques para localizações periféricas por ser aí que o valor fundiário é menor e, na sequência do que atrás se abordou, também como estratégia para resolver o remate urbano desses lugares.

Os Parques Peri-urbanos (Tangenciais) surgem por isso como tampões relativamente à massa construída, possuem remates menos bem definidos e têm as características típicas dos espaços-fronteira⁴.

As fronteiras (espaços raianos), por serem os lugares mais distanciados dos centros (de poder histórico, económico, etc...) são geralmente os espaços menos ocupados pelo Homem, e, consequentemente, também pela pressão fundiária sendo também por isso, aqueles onde a natureza se desenvolve de uma forma mais espontânea. Não é difícil encontrar ecossistemas relíquia nos espaços fronteira, pelo que neles é “fácil” implantar Parques Peri-urbanos.

Nos dias de hoje, com a desativação de muitas indústrias que perderam competitividade e cuja localização era peri-urbana, ficaram desocupados muitos territórios, em muitos casos com solos ou água contaminados, mas que podem ser convertidos em Parques Peri-urbanos. (Sucudem-se projectos de tipo Grey to Green ou Black to Green, em vários países europeus e que em alguns casos exploram também a vertente da Arqueologia Industrial)

As áreas peri-urbanas são, por isso, espaços periféricos relativamente à estrutura urbana consolidada⁵ que, como locais de fronteira, podem possuir ocupações urbanas dispersas, estruturas de natureza rural (agrícolas ou florestais) e estruturas territoriais naturais nos diferentes estádios de evolução sucessional ou as situações híbridas entre cada uma destas. Podem, elas próprias, ser lugares de atravessamento para migrações pendulares entre polaridades / centralidades diferentes.

Mas as cidades vão crescendo sobre os seus limites e acabam por “engolir” os subúrbios passando as suas polaridades (centros históricos) a constituir pólos secundários, assumindo-se como bairros mais ou menos autónomos do pólo central. Nestas circunstâncias, também os espaços verdes periféricos se tornam Parques Centrais.

Da descrição realizada só se pode concluir que os Parques Peri-urbanos, mais tarde ou mais cedo tornar-se-ão Parques centrais, o que terá que ser considerado na conceção, planeamento e gestão de todos os Parques.

Mas então, sob a ótica do utilizador, que tipos de Espaços Verdes existem nas cidades ?

Os mais pequenos dos espaços verdes, **os saguões, pátios e jardins de Inverno**, são espaços internos de algumas construções e, embora possam ter material vegetal vivo bem como alguns animais, fazem parte integrante do espaço construído e constituem, na maior parte dos casos, lugares de entrada de luz (geralmente zenital). O seu uso é uma continuidade da estrutura construída, possuindo qualidades tão diversas quanto

² Entre 5 e 9 de Dezembro de 1952, um período de anticiclone, sem ventos e de tempo frio, fez com que o *smog* de Londres (em parte resultante do aquecimento por queima de carvão) matasse um número de pessoas que se estima entre 4 e 12.000 segundo os diferentes autores. Ele levou à criação do *Clean Air Act* (1956)

³ *Green-belts* – Cinturões verdes

⁴ Fronteira: linha que une os pontos que pertencem simultaneamente a dois espaços distintos

⁵ A estrutura urbana consolidada integra desde o espaço urbano comum a certos tipos de estruturas industriais mais ou menos consolidadas. Há que distinguir das estruturas industriais claramente temporárias e que ter em conta que nada é definitivo na cidade: em última instância, tudo é temporário dependendo da escala temporal que se considere.

qualquer um dos outros espaços da construção. Também podem constituir fatores de arejamento e, desde o berço da civilização mediterrânea, ajudam a manter o equilíbrio hídrico do espaço.

Sob o ponto de vista de planeamento, estes espaços podem contribuir para a diminuição da densidade construída total do espaço urbano.

Subindo de dimensão, surgem os **quintais e logradouros**. Estes são espaços também sem utilização pública ativa pois limitam-se a funcionar de enquadramento a construções ou como substrato de atividades de agricultura de subsistência.

Já os Jardins, Parques Urbanos e Parques Peri-urbanos possuem uso público de recreio ativo e passivo. Contudo, fruto da sua dimensão média, os tipos de uso são diversos sobretudo no que respeita à “segurança” das pessoas. Num pequeno **jardim** (até 3 hectares), ninguém se sente inseguro pois a cada pequena distância encontram-se elementos construídos que fazem com que este espaço tenha uma escala humana.

Já num **Parque Urbano** as distâncias entre elementos construídos (vias, candeeiros, bancos,...) aumenta e, como tal, diminui a sensação de segurança (uma mãe, por exemplo, não deixará a sua criança afastar-se para distâncias em que possa perder o controle visual sobre ela, o que pode ser de apenas 5 ou 10 metros num coberto arbóreo denso, mas se pode estender a valores da ordem das várias dezenas de metros em clareiras).

Num **Parque Peri-urbano**, que pode ser um Parque Florestal ou um grande parque urbano (mais de 100 hectares), existem espaços onde as famílias já não se sentem tão seguras e a sua utilização desafia mais o espírito de aventura. Sob o ponto de vista pedagógico, são os espaços que mais se aproximam da Natureza real e, como tal, são os espaços com melhor aptidão para o desenvolvimento de atividades de Educação Ambiental.

Pode assim concluir-se que as diferenças comportamentais humanas quando num jardim, num pequeno ou num grande Parque, prendem-se sobretudo com a escala da sua infraestruturação, naturalmente dependente da sua dimensão. [Uma abordagem mais profunda permite verificar que existem muitas outras diferenças na forma de gestão, sobretudo na medida em que as áreas territoriais (*Homerange*) podem suportar animais cada vez mais exigentes em espaço e como tal os ecossistemas podem atingir uma dimensão tal que permitam uma gestão com maior ou menor interferência humana.]

Mais do que a natureza urbana ou peri-urbana do espaço a abordar, interessa pois a sua dimensão / uso por parte dos seus utilizadores.

Os grandes parques, (de geração peri-urbana) podem conter o alastramento ilimitado da massa construída, contribuir para um remate urbano de qualidade, conferir qualidade paisagística aos espaços urbanos, conferir novas polaridades de uso (com qualidade), contribuir para a diminuição de alguns dos riscos que afetam a urbe (inundações, poluição do ar, espaços de desafogo em caso de catástrofes, etc...), contribuir para levar a Biodiversidade até ao coração da malha urbana, (constituindo corredores de *continuum naturale*), melhorar (qualitativa e quantitativamente) a oferta da cidade em espaços de lazer, em pólos de atração turística e em substrato de atividades culturais, integrar pólos de agricultura urbana (hortas), constituir paisagens educativas e substratos de atividades de Educação Ambiental, regular e compensar desequilíbrios de crescimento urbano e de incorreta apropriação de usos do solo...

Mas a existência dos Parques Peri-urbanos não pode ser secundarizável.

Na realidade...

Somente conjunturas políticas extremamente peculiares possibilitam a criação de Parques Centrais de raiz. Na maior parte dos casos, os impactes sociais, económicos e, às vezes até culturais, podem ser dramáticos.

A forma mais económica de construir a cidade é através de um planeamento atempado.

As áreas peri-urbanas possuem valores ecológicos que merecem ser estudados e potenciados e, quando assim entendido, convertidos em Parques Peri-urbanos.

Esta opção significará um remate urbano de qualidade (próprio de um aglomerado urbano com qualidade) e é um embrião daquela que será a qualidade da cidade futura quando esta crescer e aqueles espaços se converterem em Parques Centrais.

Se virmos os Parques Peri-urbanos sob esse prisma, compreenderemos que a sua existência é indicador de qualidade hoje, mas também uma aposta no amanhã.



Caminho de parque no Parque de Monsanto

Texto e Foto de de Fernando Louro Alves
Esquema de Carlos Souto Cruz